

## CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Entre:

- 1) Município da Marinha Grande, pessoa colectiva de direito público, com sede na Praça Guilherme Stephens, Marinha Grande, NIPC 505 776 758, representada por Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da respectiva Câmara Municipal, adiante designado como entidade concedente ou primeiro outorgante; e
- 2) Desportivo Náutico da Marinha Grande, pessoa colectiva de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Piscina Municipal, Embra, 2430 - 099 Marinha Grande, NIPC 501 089 721, representada por Rui Manuel Fernandes Lopes, na qualidade de Presidente de Direcção e Gil Pereira Rodrigues da Silva, na qualidade de Vice - Presidente, adiante designada como entidade beneficiária ou segundo outorgante.

Considerando que:

- a) Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e colectividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.
- b) Compete à Câmara Municipal apoiar entidades e actividades de interesse municipal, designadamente de carácter desportivo, de acordo com o artigo 64.º, n.º 4, alíneas a) e b), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
- c) Os apoios ou comparticipações financeiras concedidas pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com o artigo 46.º, n.º 3, da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro (Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto).
- d) As entidades beneficiárias de apoios ou comparticipações financeiras na área do desporto ficam sujeitas a fiscalização por parte da entidade concedente, de acordo com o artigo 46.º, n.º 4, da Lei n.º 5/2007.
- e) Os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos pelos municípios devem ser objecto de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos enunciados no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

### Cláusula 1.ª

#### Objecto

1 – O presente contrato tem por objecto a execução de um programa de desenvolvimento desportivo apresentado pela entidade beneficiária.

2 – O programa de desenvolvimento desportivo, que constitui anexo ao presente contrato e se dá por integralmente reproduzido, obedece ao disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

## **Cláusula 2.ª**

### **Obrigações do segundo outorgante**

Constituem obrigações do segundo outorgante:

- a) Assegurar a execução integral e atempada do programa de desenvolvimento desportivo anexo a este contrato;
- b) Assegurar a execução integral dos termos do presente contrato;
- c) Afectar todos os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos exclusivamente à execução do programa de desenvolvimento desportivo objecto deste contrato;
- d) Informar de imediato a entidade concedente de quaisquer factos que sejam susceptíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- e) Prestar consentimento expresso para a consulta da respectiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos da lei;
- f) Incluir nos seus relatórios anuais de actividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- g) Elaborar e enviar à entidade concedente, no prazo de 30 dias após o final do período de execução mencionado na cláusula 3ª, um relatório final sobre a execução do contrato-programa;
- h) Prestar quaisquer informações ou apresentar documentos solicitados pela entidade concedente que respeitem à execução do programa de desenvolvimento desportivo;
- i) Dar conhecer aos seus associados, dirigentes, atletas e encarregados de educação, a celebração deste contrato programa.

## **Cláusula 3.ª**

### **Duração do contrato**

O presente contrato vigora pelo período de 10 meses, com início em 1 de Setembro de 2010 e termo em 30 de Junho de 2011.

## **Cláusula 4.ª**

### **Comparticipação financeira**

- 1 – Pela execução do programa de desenvolvimento desportivo o segundo outorgante é beneficiário de um apoio financeiro por parte do primeiro outorgante no valor de 1.500,00€ euros (mil e quinhentos euros).
- 2 – A participação financeira corresponde a 3,0% do valor global dos custos previstos para a execução do programa de desenvolvimento desportivo.
- 3 – A componente financeira não abrangida pelo n.º anterior é assegurada pela entidade beneficiária.

4 – A comparticipação é liquidada em duas partes, até ao termo do mês de Dezembro de 2010 e até ao termo do mês de Abril de 2011.

5 - Para efeitos do disposto no número anterior a entidade que pretende beneficiar de apoios financeiros deve prestar consentimento expresse para a consulta da respectiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de Abril.

6 – O pagamento da comparticipação financeira depende da inexistência, à data do mesmo, de uma situação de incumprimento por parte do beneficiário das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Acompanhamento e controlo de execução**

1 – O primeiro outorgante exerce a fiscalização da execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspecções, inquéritos e sindicâncias.

2 – A entidade beneficiária deve prestar à entidade concedente da comparticipação financeira todas as informações por esta solicitadas acerca da execução do presente contrato.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Revisão**

O presente contrato pode ser modificado ou revisto nos termos do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Suspensão**

Os benefícios financeiros concedidos ao abrigo do presente contrato suspendem-se se a entidade beneficiária se encontrar, em qualquer momento, em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Cessação**

1 – A vigência do presente contrato cessa:

- a) Quando esteja concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objecto;
- b) Quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se torne objectiva e definitivamente impossível a realização dos seus objectivos;
- c) Quando a entidade concedente do apoio exerça o seu direito de resolver o contrato;
- d) Quando não forem apresentados os documentos a que se refere o n.º 2, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009;
- e) Quando não forem apresentadas as informações e ou os documentos a que se refere a alínea h) da clausula 2ª ou o n.º 2 da clausula 5ª.

2 – A cessação do contrato efectua-se através de notificação dirigida à parte outorgante, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Direito à restituição**

É aplicável o disposto no artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Publicidade**

O presente contrato deve ser publicitado nos termos do n.º 1, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Omissões**

Nos casos omissos é aplicável o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, e as demais normas de direito administrativo.

#### **Cláusula 12.ª**

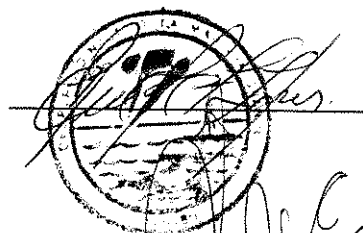
##### **Efeitos**

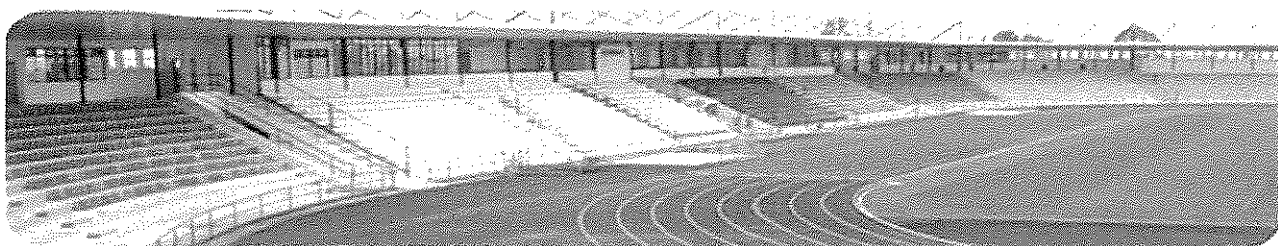
O presente reporta os seus efeitos à data da notificação das deliberações camarárias, de 28 de Outubro e 9 de Dezembro de 2010.

Marinha Grande, 8 de Abril de 2011

Alvaro Pereira

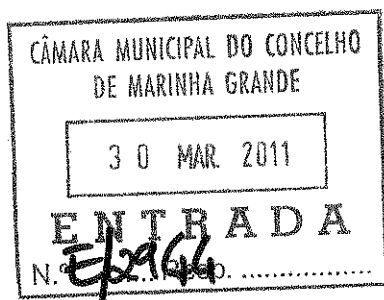
(Primeiro Outorgante)

  
[Signature]  
(Segundo Outorgante)



## PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

ANO DE 2011



DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE REQUERENTE:

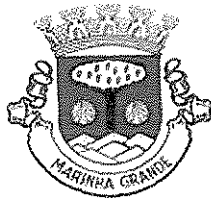
DESPORTIVO NÁUTICO DA MARINHA GRANDE

Ao  
Chefe da DEDis  
*de Juc*

PARA:

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
PRAÇA GUILHERME STEPHENS  
2430-960 - MARINHA GRANDE  
TEL. 244 573 300 FAX. 244 561 710





## PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

ANO DE 2011

### 0. Objectivo do Programa de Desenvolvimento Desportivo

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, que aprova o regime jurídico dos contratos-programas de desenvolvimento desportivo, a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos bem como de patrocínios desportivos, por parte do Estado, Regiões Autónomas ou Autarquias Locais, carece da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo entre a entidade concedente e a entidade beneficiária.

De acordo com o artigo 8.º, a concessão de apoios mediante a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, os seguintes objectivos:

- a) Enquadrar a execução de programas concretos de promoção da actividade física e do desporto;
- b) Fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- c) Permitir a intervenção e mútua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo;
- d) Reforçar o sentido de responsabilidade dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas;
- e) Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios são concedidos.

O n.º1 do artigo 11.º impõe a necessidade das associações e clubes desportivos que se proponham à realização de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com a Autarquia Local, que estes integrem, no respectivo clausulado ou em anexo ao mesmo, o seu programa de desenvolvimento desportivo objecto dessa comparticipação. Acresce ainda referir que no n.º2 do mesmo artigo clarifica-se o que se considera por programas de desenvolvimento desportivo:

- a) Os planos regulares de acção das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas;
- b) Os planos de acção específica destinados a promover e divulgar a actividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais;
- c) Os projectos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;
- d) As iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da actividade física e do desporto, nomeadamente nos domínios da formação, da documentação, da investigação ou das relações com organismos internacionais.

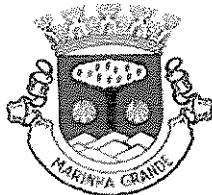
O artigo 12.º define claramente o seu n.º1 os elementos que os programas de desenvolvimentos desportivos devem conter, assim:

- a) Descrição e caracterização específica das actividades a realizar;
- b) Justificação do programa, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades em causa e das provas, competições ou eventos desportivos a realizar;
- c) Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa;
- d) Previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respectivos cronogramas ou escalonamentos;
- e) Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecido pela entidade proponente para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras comparticipações, financiamentos ou patrocínios e respectivas condições;
- f) Identificação de quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades;
- g) Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se os houver;
- h) Calendário e prazo global de execução do programa de desenvolvimento desportivo;
- i) Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa, se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade outorgante do contrato, bem como a definição da entidade responsável pela sua gestão e manutenção.

O n.º2 do mesmo artigo refere que quando o programa tiver em vista a construção de instalações ou equipamentos desportivos deve, ainda, além dos elementos referidos no número anterior, conter a planta da respectiva localização e os estudos prévios ou descrições técnicas necessários à sua apreciação.

Por último no n.º 3 impõe que se estiver prevista a participação de terceiras entidades no contrato-programa, devem estas ser igualmente identificadas na proposta, com indicação dos respectivos direitos e obrigações.

Assim, no sentido de facilitar a elaboração deste programa de desenvolvimento desportivo, a Câmara Municipal da Marinha Grande, desenvolveu o presente documento que deverá ser preenchido mediante a candidatura a efectuar e remetida à Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social do Município da Marinha Grande.



## 1.ª Parte - Conteúdo Funcional

### 1. Programa de Desenvolvimento Desportivo

\* caracterizar o programa de desenvolvimento desportivo, seleccionando, indicando com uma cruz (X), a(s) área(s) a que respeita esta candidatura. (artigo 11.º do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de Outubro)

- ☒ Plano de acção regular que visa o desenvolvimento de uma ou mais modalidades desportivas ;
- ☐ Plano de iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da actividade física e do desporto.
- ☐ Projectos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;

### 2. Objecto do Programa de Desenvolvimento Desportivo

\* neste campo deve a entidade elaborar uma breve descrição e caracterização específica das actividades a realizar, indicando as diversas modalidades, escalões, campeonatos e provas oficiais que irá disputar, bem como a justificação do programa de desenvolvimento desportivo (alínea a) e b) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de Outubro)

O Desportivo Náutico da Marinha Grande pretende competir a nível desportivo em Natação Pura Desportiva, nos escalões de Cadetes, Infantis, Juvenis, Júniores, Séniores e Absolutos, estando presente em todas as provas do Calendário Regional da Associação de Natação do Distrito de Leiria, bem como em todos os Campeonatos Nacionais (Nacional de Clubes, Nacional de Infantis, Nacional de Juvenis, Nacional de Júniores e Séniores e Nacional de Absolutos) da organização da Federação Portuguesa de Natação, bem como em todos os Meetings Internacionais realizados em Portugal. Deste modo, fazemos a intenção em participar em 53 Provas durante esta Época Desportiva, subir o máximo de vezes possível ao pódio a nível regional e nacional, bem como integrar a Selecção Distrital nas várias provas e estágios a realizar pela mesma no sentido de demonstrar a mais valia do Distrito de Leiria. Integrar as Selecções Nacionais torna-se também possível, mas de uma forma bastante mais condicionada, sobretudo no escalão de Juvenis. No que diz respeito à Pesca Submarina, o Desportivo Náutico pretende participar nas Provas Regionais e Nacional, tanto a nível Colectivo como Individual. No que concerne ao programa de desenvolvimento desportivo, o Desportivo Náutico da Marinha Grande, pretende proporcionar ao jovens do nosso concelho, o ensino e a prática da natação, através da Escola de Natação do DNMG, a qual tem sido reconhecida no nosso Distrito e a nível Nacional como uma escola de formação desportiva, a qual é responsável pelo número de atletas que o Desportivo Náutico apresenta.

### 3. Quantificação dos Resultados Esperados com a Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo

\* neste campo deve a entidade preencher os resultados, qualitativos e quantitativos, que pretende alcançar com o programa de desenvolvimento desportivo (alínea c) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de Outubro)

O Desportivo Náutico da Marinha Grande pretende alcançar um lugar de destaque a nível Distrital e Nacional, pelo que se tem em primeiro lugar, aumentar o número de atletas e proporcionar aos mesmos a prática da natação e do treino desportivo de elevada qualidade. Só assim, será possível alcançar os resultados propostos:

- Campeonato Nacional de Clubes (Manutenção)
- Campeonato Distrital de Inverno de Júniores e Séniores (25 Pódios)
- Campeonato Distrital de Inverno de Juvenis, Júniores e Séniores (44 Pódios)
- Campeonato Nacional de Fundo (1º Lugar Lugar Feminino)
- Campeonato Nacional de Nadador Completo (Pódio Nacional)
- Campeonato Distrital de Infantis (38 Pódios)
- Torneio Zonal de Infantis (5 Pódios)
- Campeonato Nacional de Juvenis de Inverno de Piscina Longa (5 Pódios)
- Campeonato Nacional de Juvenis e Absolutos e Open de Portugal (3 Pódios)
- Provas / Estágios da Selecção Distrital (20 Atletas em Participação ao Longo do Ano)
- Provas / Estágios da Selecção Nacional (1 Atletas em Participação ao Longo do Ano)



**4. Identificação de outras entidades associadas à gestão do Programa de Desenvolvimento Desportivo** (quando aplicável)

\* neste campo deve a entidade identificar quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades (alínea f) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de Outubro)

Federação Portuguesa de Natação (FPN)

Associação de Natação do Distrito de Leiria (ANDL)

Federação Portuguesa de Actividade Subaquáticas (FPAS)

**5. Relações de complementariedade com outros programas realizados ou em curso** (quando aplicável)

\* neste campo deve a entidade preencher, caso se verifique, as relações de complementariedade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas (alínea g) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de Outubro)

**6. Calendário e Prazo Global de Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo**

\* neste campo deve a entidade preencher a data de início e o termo do programa de desenvolvimento desportivo (alínea h) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de Outubro)

Início da execução do Programa: 01/Setembro /2010

Termo da execução do Programa: 30/Junho/2011







## 8. Previsão de Custos e de Receitas

\* nestes campos deve a entidade preencher os custos e as receitas individualizadas por modalidade desportiva constante o programa de desenvolvimento desportivo (alínea d) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º273/2009, de 1 de Outubro)

Tabela 2-A Tabela a preencher com todas as despesas previsionais (orçamentados) para a actividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Despesa	Despesa Prevista
Natação Pura Desportiva	<u>Custo de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Remuneração pessoal técnico	27.700,00 €
	Conservação e reparação de materiais desportivos	700,00 €
	Aquisição de equipamentos desportivos	1.000,00 €
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	5.000,00 €
	Inscrições e seguros de atletas	3.500,00 €
	Alimentação e estadia	11.400,00 €
	Outros custos	1.300,00 €
	Total	50.600,00 €
	<u>Custo de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Remuneração pessoal técnico	
	Conservação e reparação de materiais desportivos	
	Aquisição de equipamentos desportivos	
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	
	Inscrições e seguros de atletas	
	Alimentação e estadia	
	Outros custos	
	Total	€
	<u>Custo de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Remuneração pessoal técnico	
	Conservação e reparação de materiais desportivos	
	Aquisição de equipamentos desportivos	
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	
	Inscrições e seguros de atletas	
	Alimentação e estadia	
	Outros custos	
	Total	€



Tabela 2-B Tabela a preencher com todas as receitas previsionais (orçamentados) para a actividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Receita	Receita Prevista
Natação Pura Desportiva	Receita de Funcionamento da Modalidade:	
	Formação / Camadas jovens	45.600,00 €
	Patrocínios / Publicidade	700,00 €
	Bilheteira	
	Subsídios da Câmara Municipal	1.500,00 €
	Subsídios de outras entidades públicas	800,00 €
	Apoios e donativos particulares	1.000,00 €
	Outras receitas	1.000,00 €
	Total	50.600,00 €
	Receita de Funcionamento da Modalidade:	
	Formação / Camadas jovens	
	Patrocínios / Publicidade	
	Bilheteira	
	Subsídios da Câmara Municipal	
	Subsídios de outras entidades públicas	
	Apoios e donativos particulares	
	Outras receitas	
	Total	- €
	Receita de Funcionamento da Modalidade:	
	Formação / Camadas jovens	
	Patrocínios / Publicidade	
	Bilheteira	
	Subsídios da Câmara Municipal	
	Subsídios de outras entidades públicas	
	Apoios e donativos particulares	
	Outras receitas	
	Total	- €

Tabela 3 Tabela a preencher com o valor total das despesas e receitas previsionais (orçamentados) para a actividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Total de Despesas Tabela 2-A	50.600,00 €
Total de Receitas Tabela 2-B	50.600,00 €



## 9. Outras Informações

\* neste campo deve a entidade preencher outras informações que considere relevantes na análise do programa de desenvolvimento desportivo

Apesar das condicionantes da infraestrutura onde desenvolvemos a nossa actividade, salientados que a nível de formação o Desportivo Náutico da Marinha Grande conta com cerca de 300 jovens praticantes na Categorias de Escolas, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, acompanhados por profissionais qualificados na área específica da natação exigindo-se a actualização aos mesmos a continuidade da sua formação.

## 10. Assinatura do Programa de Desenvolvimento Desportivo

O Programa de Desenvolvimento Desportivo deve ser acompanhado pelas declarações válidas de não dívida às Finanças e à Segurança Social, salvo se existir o consentimento expresso para a consulta da situação tributária por parte dos serviços da Câmara Municipal.

O presente documento deverá ser devidamente assinado e carimbado pelo Presidente da direcção, ou um seu representante.

Data:

29/06/2011  
O Presidente da Direcção

## 11. Relatório Final do Programa de Desenvolvimento Desportivo

Tomei conhecimento que após a conclusão do Programa de Desenvolvimento Desportivo, terá de ser elaborado e enviado um relatório, à Câmara Municipal da Marinha Grande, até 31 de Julho de 2011, que avalie os pontos n.º 2, 3, 7 e 8 deste Programa, conforme disposto no n.º 5 do artigo 19.º do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de Outubro.

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ por \_\_\_\_  
(a preencher pela Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social)

# CALENDÁRIO DE PROVAS 2010-2011 - PROVISÓRIO

Nº	Competição	Datas	Local
1	Torneio de Abertura - Absolutos	9-10-2010	Leiria
2	Treino de Selecção Distrital – Infantis e Juvenis	16-10-2010	Alcobaça
3	Torneio Abertura - Cadetes	16-10-2010	Leiria
4	Torneio dos 100	23-10-2010	Porto de Mós
5	Torneio Bairro dos Anjos	06-11-2010	Leiria
6	Torneio de Preparação Infantis	13-11-2010	Nazaré
7	Prova de Selecção Distrital - Juvenis	13-11-2010	Pombal
8	Treino Selecção Distrital - Absolutos	13-11-2010	Leiria
9	Campeonato Distrital Jun e Sen(P25) (Juv- Preparação)	20 e 21-11-2010	Leiria
10	Torneio dos 50 – Cadetes	27-11-2010	Pombal
11	Prova Selecção Distrital - Infantis	27-11-2010	Coimbra
12	Prova Internacional Selecção Distrital - Absolutos	Dezembro	A Definir
13	Torneio Distrital de Fundo - Inf e Juv	11 e 12-12-2010	Óbidos
14	Campeonato Nacional Jun e Sen (P25)	10 a 12-12-2010	Guarda
15	Campeonato Nacional de Clubes	18 e 19-12-2010	Caldas da Rainha
16	V Torneio de Natação da Benedita Absolutos	08 e 09 – 01-2011	Benedita
17	XIV Torneio Taça " Cidade de Alcobaça" - Absolutos	22-01-2011	Alcobaça
18	XIV Torneio " J. de Freguesia de Alcobaça" -Cadetes	23-01-2011	Alcobaça
19	Taça Cidade de Leiria Cadetes e Infantis	29-01-2011	Leiria
20	Meeting da Póvoa do Varzim (P50)	5 e 6-02-2011	Póvoa do Varzim
21	Meeting do Estoril (P25)	12 e 13-02-2011	Alapraia
22	Torneio Velocista Absolutos	12-02-2011	Benedita
23	Festival de Escolas (norte/ Sul) – Pré-Competição	19-02-2011	A Definir
24	Meeting do Lisboa	19 e 20 -02-2011	Jamor
25	Campeonato Regional Infantis (P25)	25 a 27-2-2011	Mealhada
26	Torneio de Carnaval - Cadetes	05-03-2011	Porto de Mós

27	<b>Torneio Zonal de Infantis – Zona Sul (P25)</b>	<b>11 a 13-03-2011</b>	<b>Sines</b>
28	Camp. Distrital de Juv, Jun e Sen (P50)	11 a 13-03-2011	Coimbra
29	<b>Campeonato Nacional de Juvenis (P50)</b>	<b>25 a 27-03-2011</b>	<b>Jamor</b>
30	<b>Festival Escolas</b>	<b>26-03-2011</b>	<b>Ansião</b>
31	Torneio Nadador Completo – Cadetes	02-04-2011	Alcobaça
32	Treino de Selecção Distrital – Infantis e Juvenis	08 e 09-04-2011	Ansião
33	Treino de Selecção Distrital - Cadetes	11 e 12 Abril 2011	Ansião
34	<b>Prova de Selecção Distrital – Infantis e Juvenis</b>	<b>15 e 16-04-2011</b>	<b>Abrantes</b>
35	Treino de Selecção Distrital - Absolutos	30-04-2011	Rio Maior
36	Torneio Inter-Distrital de Clubes	07-05-2011	Coimbra
37	Torneio dos 100 - Cadetes	07-05-2011	Peniche
38	Torneio Nadador Completo Infantis e Juvenis	14 e 15-5-211	Alcobaça
39	Festival de Escolas (Norte/ Sul) – Pré-Competição	14-05-2011	A Definir
40	<b>Prova de Selecção Distrital – Cadetes</b>	<b>21-05-2011</b>	<b>Montemor - Novo</b>
41	VII Troféu Caldas da Rainha Absolutos	21-05-2011	Caldas da Rainha
42	VII Troféu Caldas da Rainha Cadetes	22 -05-2011	Caldas da Rainha
43	<b>Prova de Selecção Distrital – Absolutos</b>	<b>27 a 29-05-2011</b>	<b>Sevilha</b>
44	<b>Meeting de Coimbra (P50)</b>	<b>28 e 29-05-2011</b>	<b>Coimbra</b>
45	<b>Meeting do Porto (P50)</b>	<b>04 e 05-06-2011</b>	<b>Campanhã</b>
46	Torneio Especialista - Absolutos	04-06-2011	Caldas da Rainha
47	Campeonato Distrital de Clubes	18 e 19-6-2011	Leiria
48	Campeonato Distrital Infantis (P50)	01 a 03-07-2011	Rio Maior
49	Torneio Inter-Regional Estafetas - Cadetes	09-07-2011	Caldas da Rainha
50	Campeonato Distrital Juv e Abs (P50)	15 e 16-7-2011	Coimbra
51	<b>Campeonato Nacional de Infantis (P50)</b>	<b>22 a 24-07-2011</b>	<b>EUL (Lisboa)</b>
52	Torneio de Fundo - Cadetes	23-07-2011	Benedita
53	<b>Campeonato Nacional Juvenis e Absolutos (P50)</b>	<b>04 a 07-08-2011</b>	<b>Póvoa Varzim</b>



Consulta de Declaração de Situação Contributiva de Terceiros

Entidade que efectuou a consulta:

NISS: 20007266802

Nome/Denominação: MUNICIPIO MARINHA GRANDE

Entidade consultada:

Nome/Denominação: DESPORTIVO NAUTICO MARINHA GRANDE

NISS: 20007597942

NIF: 501089721

Situação Contributiva: Regularizada

Data de Consulta: 18-02-2011 11:47:59

A informação desta consulta tem validade de 6 meses, não constitui instrumento de quitação e não prejudica ulteriores apuramentos.

## CERTIDÃO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA REGULARIZADA

Manuel da Silva Gonçalves Moço, Chefe de Finanças de MARINHA GRANDE CERTIFICA que, em face da análise ao sistema informático de gestão dos processos de execução fiscal, Desportivo Nautico Da Marinha Grande, NIF/NIPC 501089721, nesta data, tem a sua situação tributária regularizada, visto que não é devedora(a) ao Estado de quaisquer impostos ou prestações tributárias e respectivos juros (art.º 2.º, al. a) do Dec.-Lei n.º 236/95, de 13 de Setembro).

A presente certidão é válida por seis meses, nos termos do art.º 3.º, n.º2 do Dec.-Lei n.º 236/95, de 13 de Setembro, e referente à situação tributária do contribuinte na data em que é emitida, podendo, posteriormente a esta data, virem a ser constituídas dívidas.

Por ser verdade, por ter sido solicitada por Município Da Marinha Grande, NIPC 505776758, e por ter sido autorizada a sua emissão pelo contribuinte acima identificado mediante declaração de 19 de Dezembro de 2007, é emitida a presente certidão, que vai datada e averbada da minha assinatura, aos 7 de Março de 2011.

O Chefe de Finanças



(Manuel da Silva Gonçalves Moço)